

Estudos culturais e literatura comparada: Relações na contemporaneidade

Simone Conti de Oliveira¹

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo investigar as relações entre Estudos Culturais e Literatura Comparada, visando à inclusão de textos contemporâneos não-canônicos e não-literários ao *corpus*. Para tanto, analisa-se os termos cultura e cânone literário. Após, contextualiza-se o surgimento dos Estudos Culturais e fazem-se reflexões, a partir das quais se infere que os Estudos Culturais ampliam a dinâmica do comparatismo literário.

Palavras-chave: Cultura; Cânone; Literatura; Estudos Culturais

ABSTRACT: This study aims to investigate the relationship between Cultural Studies and Comparative Literature, aiming at the inclusion of contemporary texts non-canonical and non-literary to the corpus. To that end, we analyze the terms culture and literary canon. After, we contextualize the emergence of Cultural Studies and make some reflections, from which we infer that Cultural Studies extend the dynamics of literary comparatism.

Keywords: Culture; Canon; Literature; Cultural Studies

O objetivo deste trabalho consiste em discutir as interfaces entre Estudos Culturais e Literatura Comparada, visando à inclusão de textos contemporâneos não-canônicos e não-literários ao *corpus*. Para tanto, parte-se da palavra cultura, que sofreu uma série de modificações ao longo da história até chegar ao que se (julga!) entende hoje a esse respeito, já que é um conceito bastante complexo e que demanda necessariamente refletir sobre sociedade.

¹ Mestranda em Letras na Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC.

Na metade do século XIX, a Europa passou por grandes transformações em todos os níveis da sociedade; modificações estas iniciadas pela Revolução Industrial. A partir do momento em que a industrialização começou, houve o desenvolvimento de uma nova classe, a burguesia, a qual detinha os meios de produção, o poder econômico, mas não poder político, fato este que acarretou uma ruptura na divisão do poder.

Os industriais, que ergueram seus capitais mediante negócios, sobretudo ultramarinos, isto é, dinheiro advindo das rotas de comércio com o oriente próximo e a Índia, se originavam, possivelmente, da mesma classe que os trabalhadores das fábricas e não das classes altas. Por esse motivo a ascensão da burguesia industrial foi vista como uma ameaça a estas, porque pela primeira vez na história da Europa o poder econômico deixava as mãos dos nobres, aos quais restava apenas o poder político. Essa movimentação foi vista com desdém pela nobreza, que considerava comerciantes e industriários seres inferiores, porém necessários. Assim, se mantinha um abismo quase intransponível entre as classes e mesmo com o aparecimento da burguesia, a mobilidade entre elas ainda não existia.

É necessário ressaltar que nobreza deve ser entendida aqui não como grandeza de caráter, mas de classe, medida por intermédio do contato com bons livros, boa música, boa gastronomia, bons vinhos e boas companhias etc.. Em vista disso, os nobres, além de não se aproximarem das outras classes sociais, tinham cultura, burgueses e operários, não.

Em 1869, o inglês Matthew Arnold foi um dos primeiros a problematizar a questão cultural. Ele escreveu *Culture and Anarchy*, uma série de ensaios críticos gerados a partir da tradução de Homero para o inglês, obra até hoje muito consultada quando o assunto é a definição de cultura.

Para Arnold, cultura era fundamental para acabar com o conceito de classes sociais, seria o apelo que terminaria com a lacuna existente entre elas, porém não rebaixando todos às classes baixas, mas que através da cultura pessoas de classe inferiores ascendessem. O autor ainda se refere à cultura como estudo da perfeição: tudo que era perfeito era digno de ser cultura, assim como o melhor que fosse pensado disso.

Esse conceito de cultura está na base da educação universal, já que alguns anos após a publicação do livro de Arnold, a Inglaterra elaborou a primeira lei que obrigava crianças com idade entre cinco e catorze anos a frequentarem a escola. Logo, pode-se concluir que o acesso

à educação, a origem dessa questão, é elitista, não no sentido de separação, mas na transformação das classes baixas em classes altas, através de um modelo de educação baseado em um ideia de perfeição completamente subjetivo.

Raymond Williams, em 1976, escreveu o livro *KEYWORDS: A VOCABULARY OF CULTURE AND SOCIETY*, o qual pode ser concebido quase um dicionário crítico, em que Williams analisa uma série de termos; cultura é um deles. Em algumas páginas, o autor traça um histórico e recapitula a origem da palavra cultura no século XIII, do latim vulgar *colere*: cultivar, colher, criar (animais).

A começar da origem do termo, pensa-se em plantar no solo, que sendo fértil, dará frutos, do contrário, morrerá. O solo seria a mente das pessoas. No século XV, Thomas More já falava em “cultura da mente”, que as mentes tinham de ser cultivadas.

A partir da noção de cultivo, no século XVIII cultura era sinônimo de civilização – *Kultur* = processo linear onde o ápice é a cultura europeia. Por conseguinte, civilização = a cultura europeia, afora isso, restava a barbárie: organizações sociais não-europeias, não civilizatórias, nem civilizadas. Em 1940, Gustav Friedrich Klemm, em *Allgemeine Kulturgeschichte der Menschheit* já preconizava que o homem somente teria a liberdade abdicando o barbarismo e para renunciá-lo, deveria abraçar a civilização; logo, a cultura era vista como uma ferramenta para a domesticação humana.

Assim, o homem culto já não é necessariamente o mais inteligente, mas, o que mais tem acesso – e consome – cultura, e para isso é necessário dinheiro, pois a cultura tem custo. Por essa visão de que o dinheiro garante o acesso à cultura cria-se a ideia de algo que pode ser obtido, por conseguinte a posição social é uma posição do continuum cultural.

A partir daí surge o termo *high culture*, alta cultura, e se existe uma cultura elitista, por consequência, há uma cultura baixa, de colônia, a chamada cultura popular (*popular culture*) e na própria manifestação e nas zonas de produção e consumo culturais se mantém essa distinção.

Pensando a respeito desse abismo social e cultural que existe e se manifesta, o que é cultura? Shakespeare é cultura, pois representa o máximo da tradição literária, que é a língua inglesa e que passa por metonímia à cultura ocidental. Porém, se não lemos Shakespeare, no

original, não sabemos literatura? E Machado de Assis? *Dom Casmurro*, a obra literária do maior escritor em língua portuguesa do Brasil; claro, é cultura.

E mais, os professores de literatura orientarão seus alunos a lerem Machado, talvez não por gosto, mas por obrigação, pois consta no programa da disciplina trabalhar *Dom Casmurro* e/ou *Memórias Póstumas de Brás Cubas* ou qualquer outro romance do escritor. Afinal, os alunos prestarão um exame nacional em dois ou três anos, farão vestibular e, no mínimo, uma questão sobre essas obras estará na prova. Na verdade, todo o sistema cultural é complexo e intrinsecamente conectado e não existe uma ideia de cultivo, não se pode criar nada novo.

E quanto à Televisão? As pessoas cultas a assistem? Veem, mas não admitem? Ainda hoje há pré-conceitos e esses prejulgamentos formam o cânone, isto é, um *corpus* de obras (literárias, críticas, etc.) que representam o *melhor* do pensamento ocidental.

A percepção é da existência (ou resistência) de uma elite cultural – como conceito metafísico – a qual define o bom e o ruim. No Brasil, há a Academia Brasileira de Letras, cujos eleitos são denominados “imortais”. A ABL, por exemplo, definiu a reforma ortográfica, principalmente seus pontos mais ambíguos. Essa é uma das grandes entidades representativas que norteiam o pensar canônico no país, juntamente com a ABRALIC (Associação Brasileira de Literatura Comparada).

Entretanto, a Academia Brasileira de Letras tem mais força de “carimbar” o que é bom ou não que a crítica literária? Os críticos, que advêm da transformação do pensar em trabalho, da força produtiva que é a marca de uma burguesia; são pessoas que não mais fazem peças para máquinas de lavar, e sim produzem conhecimento, que passou a ser algo palpável. Este crítico tem uma opinião dentro de um contexto mais visível ou simplesmente descreve o já dito, mais fácil que pensar em algo novo.

Quanto ao cânone, é preciso ter claro que existe um corpo de obras bem-vindo por uma entidade pensante, do qual não é possível fugir. O cânone também define o conceito de identidade nacional. Os livros estudados em literaturas nacionais são obras canônicas porque possuem algo, além da própria história, ou seja, não são estudadas por opção ou por prazer. Tais textos formam uma identidade nacional, como se esta fosse homogênea, palpável, enfim,

fácil de ser definida; “utopia de uma memória mítica de uma identidade coletiva única” (BHABHA, 1998, p. 63).

Talvez o livro que hoje defina melhor o cânone como alta cultura, como conjunto de obras que engrandecem o ser humano, seja *O Cânone Ocidental* (1995), de Harold Bloom. Nele, o autor cultua Shakespeare como o grande ícone do cânone e examina outros autores clássicos, os quais, segundo ele, são grandes nomes do mundo ocidental, tais como Dante, Joyce, Kafka, Cervantes, Milton, Molière, Wordsworth, Chaucer, Proust, Freud etc.

No entanto, o que esses autores têm em comum para merecerem participação no cânone ocidental? Nota-se que são europeus (ainda existe a visão de Europa como o centro do mundo civilizado), brancos, são homens e heterossexuais e estão mortos. É interessante perceber que nessa visão de cânone não há espaço para os vivos, os quais podem mudar de ideia, já dos mortos, infere-se o que quiser. Há aí uma zona de conforto e mais ainda, é possível falar sobre Proust e também de todos que dele falaram. Isso faz com que o autor morto tenha uma fortuna crítica maior que a do vivo.

Posto isso, o negro é minoria, a mulher, o gay e o vivo acaba sendo também, logo não desperta interesse (hoje já há uma visão muito mais crítica de resgate, mas se fala ainda, em alguns círculos, em minorias). Todavia, o cânone é inquestionável e se alguém o discute, é por que é minoria e quer fazer parte dele; a estes, Bloom denomina “Escola dos Ressentidos”.

Frente a isso, algumas questões parecem suscitar: existe apenas um cânone nacional ou diversos cânones? Existe consenso entre eles? Em um cânone, por exemplo, moçambicano há expectativas de que se encontrem autores com características do cânone ocidental? Provavelmente não, uma vez que a própria ideia de cânone moçambicano para críticos extremistas como Bloom é inconcebível, afinal, o cânone é a manifestação máxima da cultura europeia, da civilização.

E será possível deixar o cânone, se considerarmos sua determinante uma elite pensadora, que se movimenta conforme o tempo? Grande parte dos textos canônicos parece já fossilizada, ou seja, Machado de Assis não deixará de integrar o cânone brasileiro, tão pouco Guimarães Rosa ou José de Alencar, porém Moacyr Scliar poderá integrá-lo? E o “imortal” Paulo Coelho? Carlos Drummond de Andrade sairá? E Mário Quintana, será que entrou? Nós,

gaúchos, podemos considerá-lo participante, mas e no Acre? A partir daí parte-se para o advento dos Estudos Culturais.

As disciplinas para se estabelecerem como tais necessitam de textos fundadores, os quais nada mais são que textos canônicos norteadores de seus princípios iniciais. Os Estudos Culturais têm os seus, contudo contemporânea a eles, ocorre em 1964, a fundação do *Centre for Contemporary Cultural Studies*, por Richard Hoggart, na Universidade de Birmingham, Inglaterra.

Esse centro surge na academia (e não fora e depois é incorporado), da mesma forma que a Teoria Literária Contemporânea, fato bastante importante, uma vez que a literatura, por si só, já possui um aspecto elitista inerente e em vista disso, a tendência é que somente uns poucos “iluminados” possam ter acesso a ela. Sim, os Estudos Culturais originam-se na universidade, mas a intenção é não permanecer apenas nesse meio, é expandir o contato entre o que é elitista e o popular, conforme Hall (2003, p.430), "levar ao nível popular o paradigma mais elevado dos Estudos Culturais."

O *Centre for Contemporary Cultural Studies* surge como consequência da publicação de três livros considerados pivotais, os quais tratam de aspectos culturais e são resultantes do momento sócio-histórico da Inglaterra: *The Uses of Litteracy* (1957), de Richard Hoggart; *Culture and Society* (1958), de Raymond Williams e *The Making of the English Working Class* (1963), de Edward Thompson.

Essas obras são, principalmente, textos de análise sociopolítica, os quais se aliam ao que chamamos “Nova Esquerda” ou “Neo-Marxismo”, da década de 50, visão em que as classes sociais são baseadas em sua relação com a cultura e a política se liga ao ativismo social, unir forças na tentativa de modificar a realidade.

Em seu livro, Hoggart analisa a formação da chamada “Cultura de Massas” como uma forma de massificação cultural, meio de apagar diferenças culturais, particularmente entre as classes mais baixas na Inglaterra dos anos 50. A saber:

Acontece precisamente que esse fenómeno se verifica numa época em que muitos dos que pretendem captar o dinheiro e a confiança das classes trabalhadoras lhes dirigem apelos a que os seus membros são particularmente vulneráveis, oferecendo-lhes publicações e diversões que não podem deixar de ter sobre eles efeitos debilitantes. A interacção entre esses dois factores importantes da vida

contemporânea pode vir a contribuir para a formação de um novo sistema de castas, tanto ou mais sólido que o antigo (HOGGART, 1973, p.215).

Tal massificação deu-se, essencialmente, através de filmes, música e literatura popular. Massa aqui deve ser entendida como um conceito relacionado à posição social e também a quantidade, já que a população poderia se rebelar e havia o medo de uma 2ª Revolução Russa no coração da Europa, uma revolução operária. Hoggart examina a construção dessa cultura de massa como uma tentativa de apaziguar os ânimos das populações.

Segundo o autor, na Londres da década de 50 houve a popularização do cinema enquanto elemento de entretenimento e dificilmente se encontrava uma sala de espetáculos em bairros nobres da cidade, a ideia era colocá-las nas zonas mais periféricas e a preços muito baixos. Dessa forma, enquanto o povo assistia a filmes não se rebelaria contra o sistema. Nesse período a televisão ainda não era acessível a todos, mas, sim, o cinema e a literatura popular que surge nesse contexto: uma literatura “água- com- açúcar” e romances policiais e suspenses, a chamada Literatura *Pulp*. Contudo, para que as pessoas tivessem acesso a isso, algo era fundamental: alfabetização.

A importância real do livro de Hoggart para os estudos culturais foi absorver a noção de organicidade entre cultura e texto, pois pela primeira vez há substituição da literatura pela cultura.

Em 1958, Raymond Williams escreveu *Culture and Society*, obra na qual analisa o desenvolvimento da visão de cultura na Inglaterra entre os séculos XVIII e XX, focalizando em como os conceitos sociedade e cultura interagem, não somente nas classes mais baixas, numa ideia dada em vertical, mas como a cultura molda a sociedade e vice-versa. Sua importância também está em ser a gênese da obra *Keywords: A Vocabulary on Culture and Society* (1976), glossário de termos sobre cultura e sociedade.

Anos após, Edward Thompson escreve *The Making of the English Working Class* (1963), em que analisa a formação do proletariado inglês enfocando, entre outras coisas, seu papel produtor e consumidor de cultura. Pela primeira vez infere-se que as classes mais baixas não são somente consumidoras de cultura, mas também produtoras de sua própria cultura.

A partir do exposto, pode-se interpretar cultura como algo consumível, produzível e não homogêneo. Essa visão, surgida nos anos 60, respeita as diferenças entre os níveis de consumo, não faz mais sentido falar em alta cultura e cultura popular.

Esse modo de ver a cultura, mesmo não sendo compartilhado por todos, vem ganhando força no Brasil, principalmente a partir da década de 90; com o resgate de culturas de minorias. Segundo Thwaites et al (1994, p.1), cultura é o “conjunto de processos sociais através do qual significados são produzidos, circulados e intercambiados.”² É um processo, mas também um produto deste, considerando processos sociais, isto é, trabalhando com o indivíduo, o identitário, com a produção, circulação e intercâmbio de identidade.

Na definição de Thwaites uma palavra é importante para a análise do conceito de cultura: “significados”, que remete a linguística estruturalista de Saussure, a um signo formado pela relação entre o significante e seu significado. A esse processo chama-se significação, já que podemos ser remetidos a inúmeros significados distintos a partir de um mesmo significante; esse processo de significação é o núcleo do processo de construção cultural. O texto passa a ser não somente o escrito, mas uma imagem, um filme, uma música, etc.; é uma combinação de signos, os quais colocados um ao lado do outro remetem a significados, que transcendem o processo de significação dos signos individuais, ou seja, um texto é sempre maior do que a soma de seus componentes. O signo não é um fenômeno apenas linguístico, o processo de significação depende também de diferenças individuais, sociais, culturais etc., as quais nos formam enquanto indivíduos. Essa visão é essencial para entender como o processo de significação acontece, isto é, como consumimos cultura.

Ferdinand de Saussure nos primórdios da linguística estruturalista afirmava que a relação entre significante e significado é sempre neutra, já para Louis Althusser, não. Para ele, as diferenças no processo de significação mostram que este não é neutro, a significação vem sempre carregada de nossa bagagem enquanto identidades. De acordo com Althusser (1979, p.207) “A ideologia é, então, a expressão da relação dos homens com seu “mundo”, isto é, a unidade (sobredeterminada) da sua relação real e da sua relação imaginária com as condições de existência reais.”.

² “Culture is the ensemble of social processes by which meaning are produced, circulated and exchanged.”

A partir de todo o exposto, pode-se pensar a abordagem dos Estudos Culturais como interdisciplinar, uma vez que o intuito é trabalhar a manifestação cultural como centro de uma expressão coletiva e complexa: o que se produz e consome passa a item cultural, portanto, apenas literatura não permite estudar essa complexidade.

Também são relacionais, pois da mesma forma que não podemos nos ater somente aos estudos literários, é preciso estabelecer relações, por exemplo, entre literatura e sociedade, ou cultura e política, ou cinema e música etc.; a finalidade é mostrar a complexidade do fazer cultural.

Os Estudos Culturais são ainda criadores e expositores de individualidades e identidades, já que não existe sujeito neutro, nem sociedade ou comunidade igualmente neutras, a não neutralidade passa a ser ponto importante. Logo, o que realmente interessa é como leitores do século XXI consomem uma obra do século passado.

Por fim, são anticanônicos, pois ao trabalhar cultura como uma manifestação mais ampla, não é possível restringir-se ao cânone. É necessário validar toda e qualquer manifestação cultural, a fim de estabelecer relações, as quais nos deem processos de significação, que não seriam alcançados lendo apenas *Dom Casmurro*, de Machado de Assis. Contudo, um estudo de caso desta obra com a transposição midiática de uma forma cultural para outra, por exemplo, a minissérie *Capitu*³, se distanciaria do lugar-comum e ampliaria o já dito sobre o texto.

E por que fazer isso se o foco é o literário? Na interface com os Estudos Culturais, de certa forma, destitui-se a literatura de seu patamar clássico, canônico e reconstruem-se as leituras do literário, pois como afirma Eduardo Coutinho se tem tornado imperativo resgatar produções culturais colocadas em segundo plano pela tradição (COUTINHO, 1996, p.72).

Por que *Batman* ou livros de autoajuda jamais poderão ser estudados em literatura comparada se são vendidos em forma de livro, o verbal é o centro (mesmo no caso dos quadrinhos, onde o elemento verbal é importante), tratam de uma narrativa estruturada (início, meio e fim) e há personagens construídas, até certo ponto, de forma complexa; nada disso importa, uma vez que não são textos canônicos? Nesse sentido, os Estudos Culturais são uma

³ Minissérie baseada no romance *Dom Casmurro*, de Machado de Assis, exibida em 2009 pela Rede Globo de televisão, sob direção geral de Luiz Fernando Carvalho.

ameaça à literatura já estabelecida, aos estudos literários “puros” (de tradição intelectualista e elitista), ao passo que aqueles incluem e estes excluem, e mantêm a exclusão. Se toda produção cultural reflete a hegemonia existente na sociedade, em um texto não existe neutralidade, estão nele escolhas lexicais, gramáticas, semânticas, etc.; sua organização já revela uma posição. Admitindo que todos produzem e consomem cultura, a literatura não é mais ou menos importante que qualquer outra manifestação cultural.

Portanto, é possível aproximar livros e filmes, não necessariamente sob um viés estético, como os literatos puristas propõem, mas sob o viés do consumo. Por exemplo, definir se o romance *A Mulher do Tenente francês*, de John Fowles, não antecipa uma série de tendências pós-modernas e contemporâneas, como o Voyeurismo (a necessidade patológica de observação dos outros) por meio de programas como *A Fazenda* ou *Big Brother Brasil*. Por acaso o espectador não se coloca como *voyeur* das personagens do livro?

E quanto à necessidade de controle? O leitor tem o poder de escolher um final, entretanto isso o desestabiliza, pois espera algo pronto. Nesse ponto, já não se está falando da narrativa, mas da estrutura do livro enquanto fenômeno cultural. Há ainda a relação com fenômenos culturais de tecnologia, já que é possível colocar um DVD de um filme e assistir aos finais alternativos, temos esse poder. Isso coloca a obra como fenômeno de produção cultural e os leitores como consumidores de cultura: o livro deixa de ser só texto entre duas capas, se torna maior que a soma das partes, neste caso, maior que o todo.

O interessante é aproximar os campos, pois em se tratando da Literatura Comparada, esta “colabora para o entendimento do outro” (Carvalho, 1997, p.8) e sobre os Estudos Culturais, Canclini (2005, p.154) esclarece: “O que lhes dá maior abertura e densidade intelectual é atrever-se a manejar materiais conexos, que não eram considerados conjuntamente para falar de um tema.” Logo, é possível estabelecer comparação entre *Dom casmurro* e a minissérie *Capitu* e será comparatismo literário, já que uma das obras é literatura. Bem como comparar *Crime e Castigo*, romance do escritor Fiódor Dostoievski, com *Death Note*, história em quadrinhos de Tsugumi Ohba, através do enfoque do crime e da autopunição; de como isso se apresenta num texto da Rússia Imperial do século XIX, em contrapartida a um mangá japonês do século XXI, lançando mão de abordagens não ortodoxas.

Assim, é possível inferir que os Estudos Culturais permitem relações entre textos de naturezas distintas, canônicos ou não, desde que se perceba (sempre!) o texto como todo conjunto de signos que remete a uma construção de significados. Portanto, não é preciso dar as costas a uma das disciplinas, há possibilidade de interação, pois “o valor de um objeto cultural depende também do sentido que se lhe dá a partir de uma nova leitura, sobretudo se esta desconstrói leituras alicerçadas no solo do preconceito.” (SANTIAGO, 2004. p.133).

Por fim, é inegável considerar que há uma nova dimensão cultural e que a ideia de qualidade também deve abarcar um substrato popular, uma vez que o imaginário não é exclusivamente literário ou linguístico, ele resulta da relação do sujeito com outros objetos culturais, eruditos e/ou não, e estéticos: vai-se ao cinema, ao teatro, ouve-se música, lê-se jornal, ensaios filosóficos, isto é, o imaginário de quem lê um texto também é tocado profundamente por outros produtos que o mundo oferece, e por que não explorá-los?

Referências

ALTHUSSER, Louis. *A favor de Marx*. Tradução de Dirceu Lindoso. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Tradução de Myriam Ávila et al. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CANCLINI, Néstor García. *Diferentes, Desiguais e Desconectados: mapas da interculturalidade*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

CARVALHAL, Tânia Franco (org.). *Literatura comparada no mundo: questões e métodos*. Porto Alegre: L&PM, 1997.

COUTINHO, Eduardo. Literatura comparada, literaturas nacionais e o questionamento do cânone. *Revista brasileira de literatura comparada*. Rio de Janeiro: Abralic. n.3, 1996.

HALL, Stuart. A Formação de um Intelectual Diaspórico. In: *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Liv Sovik (org.); Tradução Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.

HOGGART, Richard. *As utilizações da cultura: aspectos da vida da classe trabalhadora*, com especiais referências a publicações e divertimentos. Tradução: Maria do Carmo Cary. Lisboa: Editorial Presença, 1973.

SANTIAGO, Silvano. *O cosmopolitismo do pobre: crítica literária e crítica cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

THWAITES, Tony, LLOYD Davis & WARWICK, Mules. *Tools for Cultural Studies: An Introduction*. Melbourne: Palgrave Macmillan, 1994.